

Trabalho e emprego

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: o desempenho mais favorável do período recente reverteu a precarização do trabalho dos anos 90?*

Miriam De Toni**

Socióloga da Fundação de Economia e Estatística e Doutora em Sociologia pela UFRGS

Introdução

A precarização do trabalho vem sendo destacada como um dos principais problemas associados à globalização e aos processos de reestruturação das formas de produzir e dos modos de organizar e gerir o trabalho, desencadeados no bojo das transformações do sistema capitalista desde o último quartel do século XX.

No Brasil, onde tais processos ocorrem de modo mais efetivo a partir dos anos 90, as diferentes conjunturas econômicas e políticas que permearam o período que se iniciou nessa década vêm imprimindo mudanças no âmbito do trabalho, com impactos diferenciados sobre a população trabalhadora. Nesse sentido, enquanto análises sobre a década de 90 apontam a precarização do trabalho como a marca prevalente, informações e estudos sobre a evolução do mercado de trabalho, a partir do ano 2000, indicam um cenário mais favorável, sugerindo que a precarização tenha sido um processo mais circunscrito à década anterior.

Nesse contexto de debates e interpretações muitas vezes conflitantes, o presente artigo tem por objetivo

apreender o sentido prevalecente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, tomando por referência a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e abarcando o período 1993-06. Persegue-se a hipótese de que, não obstante a tendência de crescente precarização das relações de trabalho, que marcou a década de 90, tenha deixado de vigorar no contexto da década atual, tal evolução não foi suficiente para reverter a deterioração do mercado de trabalho havida no período precedente.

Para examinar o tema proposto, procedeu-se à construção e à análise de um índice-síntese — Índice de Precarização (IP) —, o qual, ao congregar variáveis vinculadas às dimensões **inserção ocupacional, desemprego e rendimento do trabalho**, busca abarcar a multiplicidade de aspectos que interagem no mercado de trabalho.

O estudo toma como fonte de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que tem por objetivo fazer o acompanhamento conjuntural mensal dos principais indicadores do mercado de trabalho metropolitano. Em termos de estrutura, o artigo compreende, além desta **Introdução**, uma breve nota sobre a metodologia de construção do IP, seguindo-se a apresentação dos índices e a análise de seus resultados.

* Este artigo integra estudos desenvolvidos junto ao **Projeto Dimensões da Precarização do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**, que contou com apoio da FAPERGS e do CNPq.
Artigo recebido em 11 abr. 2007.

** A autora agradece aos colegas Raul Luis A. Bastos, Coordenador do NASEE-FEE, pelos comentários e sugestões à versão preliminar do texto, e Jeferson D. de Matos, Estatístico da PED-RMPA, por sua participação na organização dos dados.

Seleção de indicadores e metodologia de construção do Índice de Precarização

Na construção do Índice de Precarização, procurou-se incluir dimensões que configurassem fatores determinantes da qualidade das inserções dos indivíduos no mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, pudessem revelar níveis diferenciados de precariedade. Desse modo e buscando dar conta da complexidade do fenômeno em pauta, definiram-se três dimensões — inserção ocupacional, desemprego e rendimento do trabalho —, às quais se incorporaram oito indicadores considerados básicos para avaliar as condições de inserção da População Economicamente Ativa (PEA), conforme apresentado na Figura 1.¹

A metodologia para a elaboração do Índice de Precarização foi inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD-ONU) no início dos anos 90, para acompanhar o desenvolvimento social mundial (Nações Unidas, 1990). Para o cálculo do IP, utilizaram-se as seguintes fórmulas:

- a) para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria — os três indicadores que compõem a dimensão **inserção ocupacional** e o indicador **rendimento médio real por hora trabalhada** (Figura 1) —, o índice é calculado por
- $$IP = (E - E_{max}) / (E_{min} - E_{max})$$

onde

E = valor da estatística escolhida;

E_{max} = valor máximo;

E_{min} = valor mínimo;

- b) para as estatísticas cujo crescimento significa piora — os três indicadores da dimensão **desemprego** e o Índice de Gini (Figura 1) —, o índice é calculado por

$$IP = (E - E_{min}) / (E_{max} - E_{min})$$

Para cada dimensão e indicador, foram atribuídos pesos, considerando sua importância e abrangência no contexto do estudo, resultando em um indicador-síntese

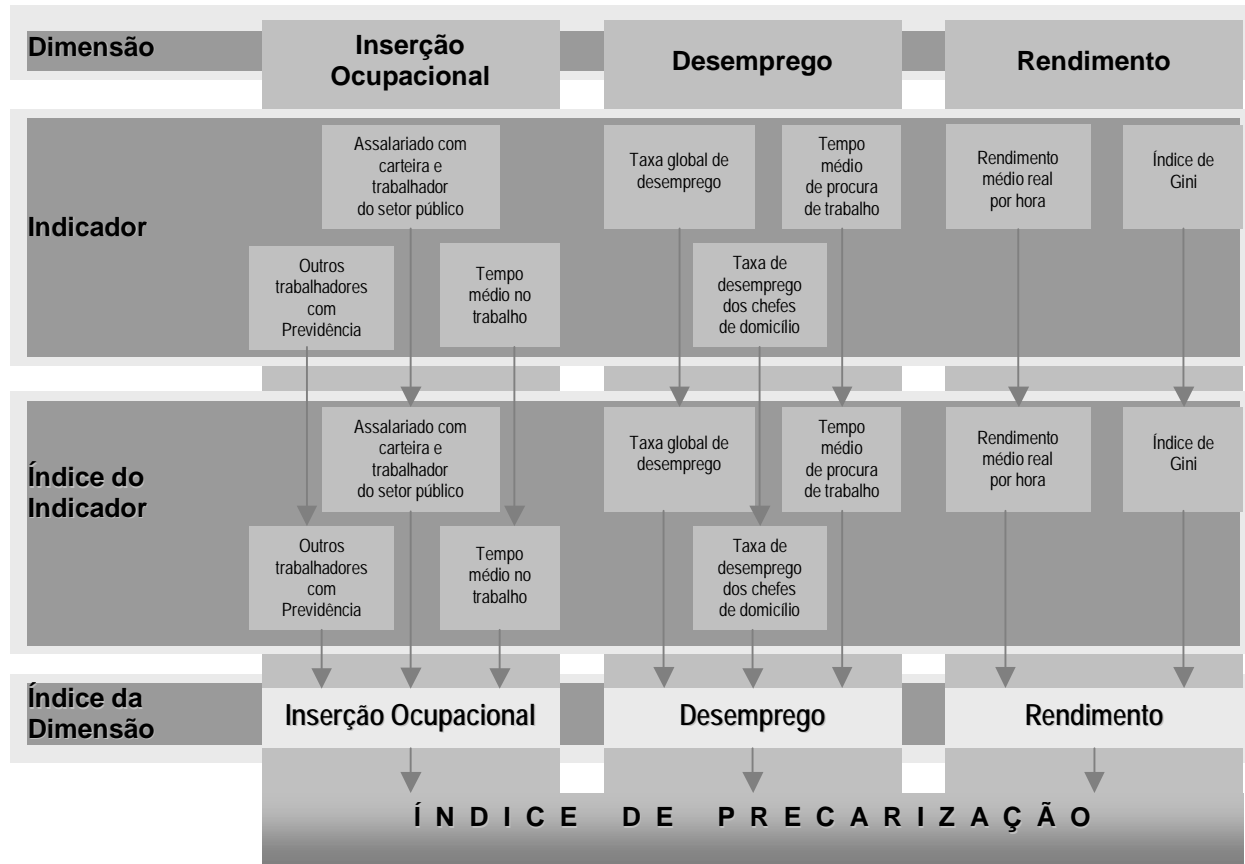
do mercado de trabalho, o IP, cujos valores variam entre zero e um, de tal modo que seu crescimento significa deterioração das condições do mercado de trabalho, e, contrariamente, sua queda revela melhora de tais condições.²

¹ Em abordagem semelhante, estudos a respeito do mercado de trabalho brasileiro têm utilizado como estratégia analítica a construção de índices, merecendo destaque os de Miller (1999), Saboia (1999), Moutinho, Gouvêa e Klagsbrunn (2002) e Freire (2006).

² Para o detalhamento da construção do Índice de Precarização, ver Toni (2006). Quanto aos pesos, as três dimensões receberam pesos equivalentes, de um terço do total cada uma; entre os indicadores, os pesos foram distribuídos de acordo com a importância atribuída a cada um. As variáveis utilizadas na construção do IP tiveram seus valores máximos e mínimos parametrizados através dos valores históricos mensais, observados entre os meses de julho de 1992 e dezembro de 2006, da PED-RMPA.

Figura 1

Diagrama de construção do Índice de Precarização



Índice de Precarização indica deterioração do mercado de trabalho da RMPA

Uma análise geral da evolução do Índice de Precarização sinaliza piora nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, não obstante se terem registrado oscilações e mesmo sentidos divergentes nos índices parciais relativos às variáveis selecionadas para cada dimensão, ao longo do período em estudo, conforme mostram os Gráficos 1 e 2.

Atendo-se ao comportamento do Índice de Precarização total, que congrega o conjunto dos indica-

dores selecionados, a análise permite recortar o período em estudo em três subperíodos, tendo-se como critério o sentido predominante do IP. Assim, através do exame do Gráfico 1, identifica-se um primeiro período, o qual apresenta relativa estabilidade do IP, com leve queda do indicador (1993-95); o segundo subperíodo é de franca elevação do IP (1995-99); enquanto o terceiro, ao final do período, é o mais longo de todos, e onde o IP oscila, mostrando, no entanto, como movimento predominante, uma tendência declinante (1999-06).

O **primeiro subperíodo** abrange o intervalo entre 1993 e 1995, abarcando a implantação do plano de estabilização de 1994 — Plano Real —, que logrou estabilizar os preços e teve repercussões positivas sobre o mercado de trabalho, ao menos nesse primeiro momento. Nesse curto espaço de tempo, o Índice total manteve-se relativamente estável (variando dos 0,40 pontos

iniciais para 0,39 nos dois anos subseqüentes), sugerindo uma pequena melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano.

Para tal resultado, contribuiu a queda dos índices parciais de desemprego e de rendimento, que contrabalançou a piora do índice relativo à ocupação. Não obstante isso, nem todos os indicadores de cada uma dessas três dimensões componentes do IP total mostraram evolução unívoca, como se pode observar no Gráfico 2.

Examinando-se os índices referentes aos indicadores das dimensões consideradas, com base no Gráfico 2, verifica-se que, na de desemprego, foram declinantes os índices relativos às taxas de desemprego global e dos chefes de domicílio, ao passo que o referente ao tempo de procura de trabalho teve certa elevação. No rendimento, os índices de ambos os indicadores da dimensão recuaram, notadamente o do rendimento médio real por hora trabalhada, embora esse tenha se elevado de 1993 a 1994.

A dimensão inserção ocupacional apresentou piora, pois apenas o índice relativo ao tempo médio de permanência na ocupação revelou comportamento favorável, tendo os dois outros acusado altas expressivas. Conclui-se, pois, que a proteção social associada ao trabalho foi a condição que mais se deteriorou nesse período inicial, seja pela queda na proporção de assalariados com contratação legal, dos setores privado e público, seja pela diminuição da parcela de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social pública, o que concorreu para a elevação do índice parcial de ambos os indicadores.

O **segundo subperíodo** tem como marca a deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, expressa na persistente elevação do IP total. Nesse intervalo de tempo, o ambiente econômico foi bastante desfavorável, com desaceleração econômica até 1999, uma vez que, às pressões advindas da abertura comercial e à manutenção da sobrevalorização cambial como um dos elementos estratégicos do Plano Real, adicionou-se um incremento das privatizações no setor público e aprofundou-se a reestruturação produtiva no âmbito do setor privado (Freire, 2006).

A análise do Gráfico 1 mostra dois momentos. Entre os anos de 1995 e 1997, a ascensão do IP mostrou-se relativamente lenta e resultou basicamente do aumento do índice parcial de desemprego, uma vez que os outros dois índices tiveram comportamento declinante. Internamente a cada dimensão, registrou-se elevação para todas as três variáveis componentes do desemprego e, na dimensão inserção ocupacional, somente no indicador referente aos trabalhadores assalariados com

vínculo formal nos setores privado e público, cujo índice respectivo foi o único da dimensão a se elevar, de modo ininterrupto, desde o início da série em análise (Gráfico 2). Os rendimentos, por sua vez, seguiram melhorando sua posição.

Já nos dois anos subseqüentes, o crescimento do IP total foi abrupto e o mais acentuado de todo o período em estudo. Nesse intervalo, os três índices parciais convergiram no sentido de revelar ampliação da precarização das formas de inserção no mercado de trabalho, sendo esse, também, o único momento em que todos os indicadores internos às dimensões mostraram deterioração.

Como resultado, ao final desse segundo subperíodo, o IP total atingiu o seu pico (0,64), ocorrendo situação semelhante para as dimensões desemprego e inserção ocupacional — o índice parcial de desemprego também alcançou seu valor mais elevado (0,77), enquanto o de inserção ocupacional esteve no seu segundo ponto mais alto da série (0,65), superado apenas pelo valor atingido no ano seguinte. O índice parcial de rendimento, por seu turno, interrompeu a melhora que vinha ocorrendo desde os primeiros anos da série, iniciando, a partir de 1998, uma trajetória ascendente que se prolongou até quase o final do período estudado.

Registre-se que os resultados encontrados e, especialmente, a crescente precarização do mercado de trabalho indicada pela elevação do IP corroboram análises realizadas sobre esse período, de acordo com as quais a marca predominante da evolução do mercado de trabalho foi a intensificação do processo de precarização das formas de inserção da população ativa (Saboia, 1999; Miller, 1999; Freire, 2006).

Por último, o **terceiro subperíodo** compreende a parte restante da série, abrangendo o intervalo entre 1999 e 2006. Tem como característica predominante uma tendência de redução do IP total, indicando que voltam a ser mais favoráveis as condições de inserção no mercado de trabalho, não obstante as oscilações registradas nos vários indicadores.

No plano econômico, o desempenho foi um tanto errático a partir do ano 2000, embora melhor do que o registrado na década anterior. Cabe destaque às modificações na política econômica a partir de 1999 — em especial a adoção do regime de câmbio flutuante —, que repercutiram positivamente sobre a economia e os mercados de trabalho nacional e regional. A melhora registrada, todavia, não se sustentou, tendo sido prejudicada, nos primeiros anos desta década, por fatores adversos externos e internos: o desaquecimento da economia norte-americana, exacerbado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e o agravamento da

crise econômica na Argentina afetaram justamente os dois principais parceiros comerciais do Rio Grande do Sul; no plano interno, as turbulências que marcaram o País no ano eleitoral de 2002 suscitaram incertezas de várias ordens, acarretando aumento do Risco-Brasil, nova valorização cambial, crescimento das taxas de juros e da inflação, dentre outros elementos.

Após 2002, registrou-se novo momento de recuperação dos indicadores econômicos, exceção feita, no caso do RS, ao ano de 2005, quando o PIB acusou queda importante, de 4,8%, associada à estiagem que atingiu o Estado e combinada com a desaceleração das exportações (Schettert, 2006).

O comportamento do IP neste último subperíodo reflete, de certo modo, tais conjunturas. De fato, após um movimento descendente entre 1999 e 2001, o IP ficou relativamente estável no ano seguinte, voltou a subir em 2003, retomando o comportamento declinante no período final da série. Neste último, os três índices parciais tiveram desempenho favorável, contribuindo para uma queda relativamente mais acentuada do IP total em comparação com momentos anteriores de declínio desse indicador. Considerando os pontos extremos desse terceiro subperíodo, verifica-se que o IP, partindo de seu valor mais elevado, de 0,64 em 1999, oscilou entre 0,62 e 0,57, nos anos seguintes, até 2004, apresentando trajetória nitidamente declinante a partir de então, recuando para 0,47 em 2006.

Destaque-se que os índices parciais das dimensões inserção ocupacional e desemprego acompanharam mais de perto a direção tomada pelo IP total, notadamente o primeiro, uma vez que o índice parcial de desemprego aumentou entre 2001 e 2003, o que contribuiu, juntamente com o desempenho desfavorável do índice parcial de rendimento, para a elevação do IP total neste último ano considerado. Ainda quanto à dimensão rendimento, cabe ressaltar que a perda acarretada pela redução do rendimento médio real por hora trabalhada ao longo de quase todo este último subperíodo, bem como sua lenta recuperação nos três últimos anos, impediu tanto uma queda maior do IP total entre 1999 e 2002 quanto uma recuperação mais acentuada do mesmo ao final da série.

O destaque positivo nesse terceiro subperíodo coube à melhora no indicador relativo à contratação de assalariados com vínculo formal — percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários) —, cujo índice, a partir de 2001, inverteu a tendência ascendente observada desde o início da série, apresentando sensível declínio até o seu final (o índice respectivo

apresentou como valores 0,24 em 1993, 0,79 em 2000 e 0,42 em 2006).³ Esse crescimento expressivo do assalariamento formal é aparentemente paradoxal, pois as taxas de crescimento do produto, nesse período, continuaram oscilantes e ainda pouco elevadas. Todavia esse é um fenômeno que se observa também em nível nacional e, segundo estudos a respeito, estaria sendo impulsionado pela expansão das exportações — nessa área, há subsetores de atividade intensivos em mão-de-obra, e a contratação de pessoal tende para maior formalização, pelo grande conjunto de leis e barreiras que regulam esse mercado; por uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e pela própria estabilidade econômica, à medida que esta reduz a incerteza no horizonte de planejamento dos empresários (Freire, 2006).

A melhora do mercado de trabalho nesta década é um fato evidenciado pela maioria dos estudos que tratam de avaliar a qualidade das inserções ocupacionais no País e também aparece na evolução do Índice de Precariedade construído por Freire (2006), antes referido. Comparativamente à evolução do indicador utilizado por esse autor, o comportamento do IP, para a RMPA, foi mais positivo. Ou seja, enquanto, no referido estudo, o autor constata certa estabilidade do índice nesse período, concluindo que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado de trabalho deixou de apresentar uma precariedade crescente, como ocorreu na década anterior, na RMPA houve nítida melhora do indicador.

³ Alguns estudos têm sustentado o argumento de que a queda do emprego formal nos anos 90 — como parcela do total de ocupados — foi um fenômeno restrito às Regiões Metropolitanas (RMs), captado através dos dados da PME-IBGE, que investiga as seis principais RMs do País (Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Ramos; Ferreira, 2005; Reis; Ulyseia, 2005). Afirmam que teria havido uma despolarização do emprego formal — manifestada, fundamentalmente, na migração desse tipo de emprego das RMs para áreas não metropolitanas, geralmente dos próprios estados —, o que sustentaria o argumento de que a deterioração do mercado de trabalho nacional não teve a dimensão alegada por uma série de outros estudos que trataram dessa questão. Não se tendo o objetivo de analisar essa controvérsia, é necessário destacar que, mesmo que a afirmação antes aludida tenha suporte nos dados, esse fato não elide e tampouco ameniza os problemas ocasionados por tal situação nos espaços metropolitanos. Isto porque, à medida que essas regiões abarcam grande parcela da população trabalhadora, a deterioração do mercado de trabalho acarreta graves conseqüências, que se alastram para o conjunto da população, afetando sua qualidade de vida. Nesse sentido, a precarização do trabalho emerge como uma questão que deve ser seriamente analisada, com vistas ao seu equacionamento pela sociedade e pelo poder público em particular, ao invés de ser diluída por estratégias analíticas baseadas em diferentes agregações de dados.

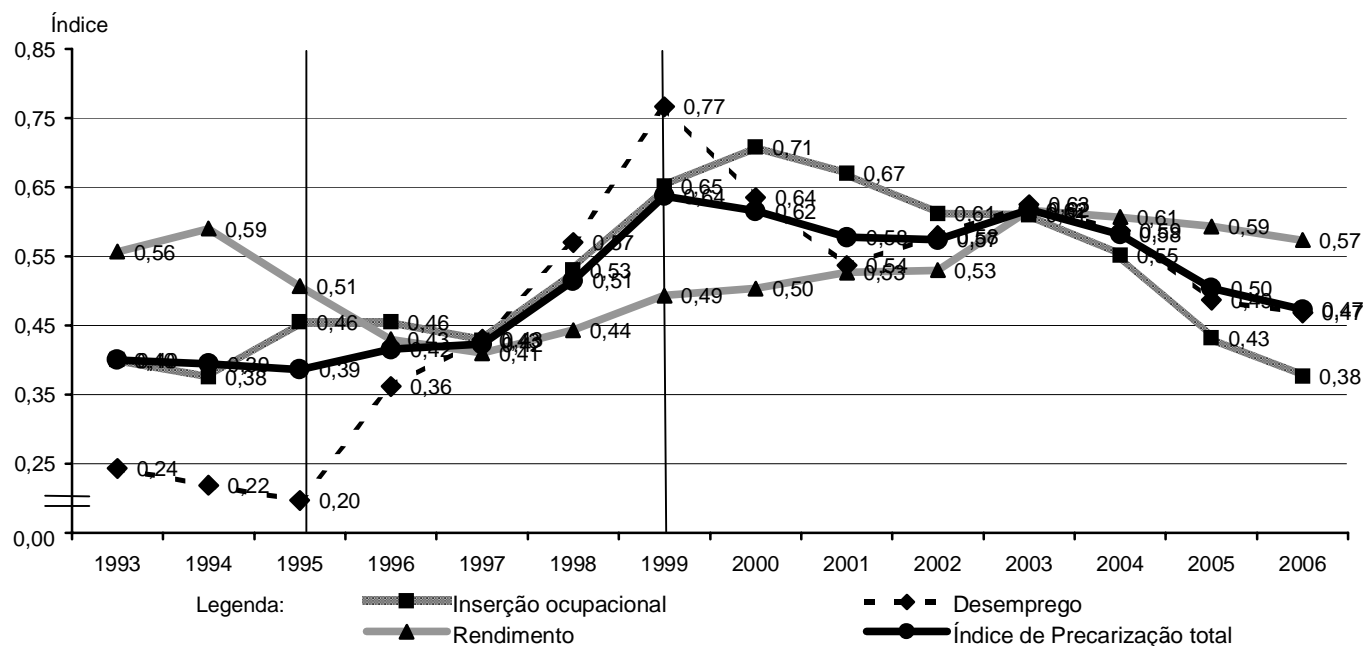
-síntese, revertendo, em alguma medida, a deterioração havida no período precedente.

Detalhando-se a análise, a observação do Gráfico 2 permite ainda visualizar que apenas dois indicadores se encontravam em situação mais vantajosa ao final do período, frente à posição verificada no início da série: o Índice de Gini e o tempo médio de permanência no trabalho atual. Desses, apenas o último apresentou expressiva melhora — o índice respectivo recuou de 0,67 para 0,19 nos pontos extremos, em decorrência da elevação do tempo médio de permanência na ocupação, de 62 para 72 meses, respectivamente —, singularizando-se também por apresentar uma linha de tendência declinante ao longo de toda a série. O indicador relativo ao Índice de Gini, por sua vez, acusou pequena variação, de 0,47 para 0,42, nos pontos extremos do período.

Todos os demais indicadores encontravam-se, em 2006, com índices em patamares superiores aos de 1993, indicando deterioração das condições do mercado de trabalho nas situações específicas. Dentre esses, dois foram os que revelaram maior deterioração: o **tempo médio despendido na procura de trabalho**, expressando o fato de que esse tempo se ampliou de 5,6 para 9,0 meses no transcorrer do período em análise, e o indicador referente ao **percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência**, indicando que um maior número desse subconjunto de trabalhadores se encontrava, ao final do período, à margem das proteções sociais previstas pela legislação trabalhista e previdenciária (nesse grupo, a parcela de contribuintes recuou de 42,1% em 1993 para 38,2% em 2006 (Tabela 1)).

Gráfico 1

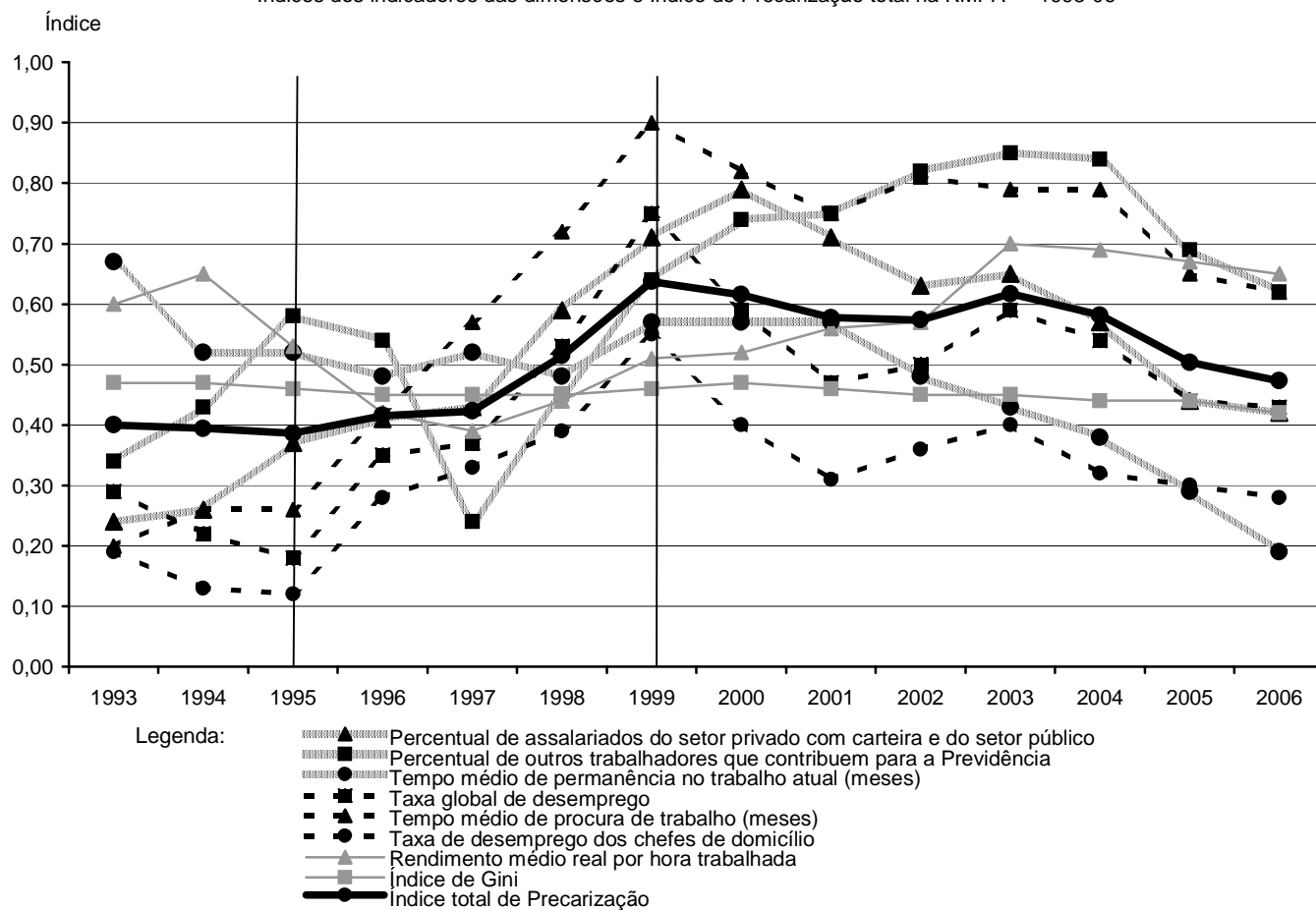
Índices parciais e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Gráfico 2

Índices dos indicadores das dimensões e Índice de Precarização total na RMPA — 1993-06



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

Tabela 1

Valores observados dos indicadores componentes do Índice de Precarização total na RMPA — 1993-06

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	60,9	60,6	59,1	58,5	58,3	56,1	54,4
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência ...	42,1	40,8	38,8	39,4	43,5	40,6	38,0
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	62	65	65	66	65	66	64
Taxa global de desemprego	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,8	19,0
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	5,6	6,1	6,1	7,4	8,6	9,8	11,2
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	7,1	6,3	6,1	8,4	9,1	9,9	12,2
Rendimento médio real por hora trabalhada (1)	5,33	5,16	5,61	6,06	6,15	5,97	5,71
Índice de Gini	0,47	0,47	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46
INDICADORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	53,4	54,5	55,5	55,3	56,4	58,1	58,4
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência ...	36,7	36,5	35,6	35,1	35,3	37,3	38,2
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	64	64	66	67	68	70	72
Taxa global de desemprego	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5	14,3
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	10,6	10,0	10,5	10,3	10,3	9,2	9,0
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	10,1	8,8	9,5	10,0	9,0	8,7	8,4
Rendimento médio real por hora trabalhada (1)	5,67	5,49	5,47	4,97	5,00	5,07	5,20
Índice de Gini	0,47	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44	0,42

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./06.

Considerações finais

Em termos de conclusão, uma primeira consideração a se fazer diz respeito à estratégia analítica adotada para desenvolver este estudo. Nesse aspecto, pode-se afirmar que a utilização de um índice-síntese, como instrumental estatístico capaz de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e, por vezes, apresentam oscilações opostas, mostrou ser um recurso valioso para a análise da evolução das formas de inserção e das condições presentes no mercado de trabalho da RMPA, permitindo evidenciar o

sentido prevalecente do conjunto de indicadores e avaliar sua repercussão sobre a população ativa regional.

Quanto à evolução do Índice de Precarização, tomado o período como um todo, a análise dos dados mostrou que o mercado de trabalho da RMPA sofreu um processo de deterioração, que se expressa no fato de que o valor do IP total, ao final do período, se situava acima do inicialmente verificado — 0,47 e 0,40 respectivamente. Tal resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do índice na primeira metade do período, entre 1993 e 1999, na qual a marca foi a progressiva precarização das condições de inserção no mercado de trabalho. Como se observou, os desempenhos adversos

das dimensões desemprego e inserção ocupacional definiram, preponderantemente, esse desfecho.

Na parte restante do período, muda a direção da linha tendencial do IP, indicando uma situação mais favorável do mercado de trabalho a partir do ano 2000, notadamente pela evolução mais positiva das dimensões inserção ocupacional e desemprego, que, assim, inverteram, de modo mais incisivo, o comportamento delineado nos anos 90. Como já evidenciado pela análise dos dados, a melhora verificada nesse intervalo de tempo não se revelou suficiente para contrabalançar a deterioração havida no decorrer dos anos 90, o que permite concluir que o mercado de trabalho metropolitano ainda se ressentia da intensa deterioração sofrida fundamentalmente nessa década.

Considerando-se a recuperação do mercado de trabalho na década em curso, expressa pelo movimento declinante do Índice de Precarização total, cabe indagar a respeito de sua continuidade. Nesse sentido, ao observar-se o contexto do ano de 2006 especificamente, verifica-se que o comportamento da economia e do mercado de trabalho se mostrou um tanto ambíguo, não permitindo que se vislumbrasse alguma tendência mais consistente quanto a uma evolução favorável do IP.

De fato, no cenário nacional, dentre os aspectos positivos, cabe mencionar dois: (a) em anos eleitorais, como foi o caso do de 2006 — com eleições nos níveis nacional e estadual —, a economia tende a ser dinamizada, com bons reflexos sobre o mercado de trabalho; e (b) o emprego formal continuou apresentando crescimento, embora em menor ritmo, comparativamente ao ano de 2005. Como nota destoante desse contexto mais favorável, a taxa anual de crescimento do PIB nacional permaneceu em um patamar baixo (3,7%), e a indústria de transformação teve desempenho pouco promissor, impedindo uma recuperação mais acentuada do mercado de trabalho.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, além dos fatores nacionais aludidos, que repercutem sobre a economia e o mercado de trabalho locais, os indicadores econômicos para o ano de 2006 não foram muito alentados. Ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual teve variação positiva, mas ficou em um patamar baixo, de 2,7%, merecendo destaque o bom desempenho da agropecuária, que tem peso importante na economia do Estado — o crescimento de 19,9% reverteu os resultados negativos dos dois anos precedentes (Schettert, 2007). Na indústria, entretanto, a variação anual foi negativa, em 1,3%, persistindo problemas associados à valorização cambial, cujos efeitos são mais profundos sobre atividades intensivas em mão-de-obra e que pou-

co usam insumos importados, que, de modo geral, caracterizam a pauta gaúcha de produtos exportados (couros e calçados, complexo soja e madeira/móveis).

O mercado de trabalho, por sua vez, embora tenha registrado evolução positiva, não tem mostrado recuperação expressiva em seus indicadores, no decorrer de 2006, registrando-se variações menos acentuadas que as observadas no ano anterior. De fato, detendo-se nas informações da PED-RMPA, observaram-se crescimento do nível de ocupação, de 1,3% — assentado especialmente no aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, no setor privado, portanto, com proteção social —, incremento de 1,1% no rendimento médio real dos ocupados e relativa estabilidade da taxa de desemprego total (14,4% em 2005 e 14,3% em 2006) (Inf. PED, 2007).

Dado esse quadro, o que se pode especular, em termos de perspectivas, é que as possibilidades de um crescimento econômico sustentado e de uma melhora generalizada do mercado de trabalho, que consiga debelar a marca da precarização, parecem, mais uma vez, terem sido transferidas para a gestão governamental que se iniciou no ano de 2007. Para este ano, o cenário nacional tem alguns aspectos promissores, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projetando um crescimento do PIB superior ao de 2006, prevendo-se, ainda, melhora no consumo das famílias e alta dos investimentos, atrelados a um ambiente econômico internacional favorável e aos desdobramentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal (FSP, 2007). Tais fatores deverão trazer benefícios também para o estado gaúcho, o qual conta, ainda, com boas perspectivas na agricultura, em relação à safra 2006/2007. Ao lado desses aspectos positivos, há que se levar em conta que as dificuldades que têm marcado esse início de Governo, no RS — com destaque para a restrição orçamentária —, não permitem traçar um cenário mais consistente a respeito do desempenho do mercado de trabalho no decorrer do ano de 2007.

Referências

ALONSO J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.

ALONSO J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 90. In: DESIGUALDADES socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; NERU, 2004. (CD-ROM).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

CASTILHOS, C. C.; PASSOS, M. C. (Coord.). **Indústria gaúcha** — competitividade e inovação. Porto Alegre: FEE; UNISINOS, 1998. 233p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS — DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. 352p.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 mar. 2007, p. B8.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., Vitória, 2006. **Anais**. Vitória: SBEP, 2006.

INFORME PED, Porto Alegre: FEE/FGTAS-RS, DIEESE, Fundação SEADE-SP. ano 15, n. esp., jan. 2007.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MILLER, Lílian M. **A qualidade do emprego em serviços**: análise dos anos 1990 no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 168 p.

MOUTINHO, Paulo; GOUVEA, Victor Hugo; KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Um indicador de qualidade do mercado de trabalho para o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em comparação com seis regiões metropolitanas brasileiras. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., Curitiba, 2002. **Anais**. Curitiba, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report**. New York; Oxford, Oxford Un., 1990.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**, n. 26, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1, 205p.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial da evolução do emprego formal** — 1995-2003. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1102). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2006.

REIS, M. C.; ULYSSEA, G. **Cunha fiscal, informalidade e crescimento**: algumas questões e propostas de políticas. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1068).

SABOIA, João L. M. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6. **Anais**. ABET, 1999. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST7B.doc>>. Acesso em: 13 mar. 2002.

SCHETTERT, M. C. Desempenho da economia gaúcha em 2005. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p. 7-21, 2006.

SCHETTERT, M. C. Desempenho da economia gaúcha em 2006. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

TONI, Miriam De. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente? In: BASTOS, R. (Coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**: relatório técnico. Porto Alegre: FEE, 2007.

TONI, Miriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho** — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. Tese — (Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia-IFCH-PPGS/UFRGS, Porto Alegre 2006). 380p. (Teses, 08).